

CONHECENDO O PROCESSO DECISÓRIO NORTE-AMERICANO E SUA INFLUÊNCIA SOBRE O BRASIL

ARTHUR V. C. MEYER

No dia 15 de dezembro de 1997, realizou-se no Centro de Estudos Estratégicos (CEE) da SAE/PR o seminário “Conhecendo o processo decisório norte-americano e sua influência sobre o Brasil”. O evento contou com o apoio da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto; e a assistência da Embaixada dos Estados Unidos em Brasília e do United States Information Service (USIS).

Na sessão de abertura, o Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, discorreu inicialmente sobre a situação atual do Brasil e dos Estados Unidos no quadro internacional pós-guerra fria, apontando a necessidade crescentemente sentida de maior conhecimento recíproco pelos dois países. Do lado do Brasil, que se coloca entre as dez maiores economias do mundo e é a primeira da América Latina, a consolidação do regime democrático e o êxito do programa de estabilização econômica aplicado há mais de três anos, lhe dão condições cada vez maiores de atuação significativa nas relações internacionais.

O progresso econômico, social e político do Brasil permite a consolidação da identidade nacional brasileira, apoiada crescentemente na realidade sul-americana, em decorrência do êxito dos esquemas regionais de integração, dos quais o Mercosul constitui o exemplo mais evidente. Também pelo fato de ter fronteiras com dez países da América do Sul, o Brasil desempenha papel importante e dinamizador no processo de integração continental, o que induz a busca de um diálogo mais amplo e maduro com os Estados Unidos, tornando, para isso, necessário um maior conhecimento da realidade norte-americana.

Por outro lado, também nos Estados Unidos, a primeira potência econômica e militar do mundo, a política com relação à América Latina, em geral, e ao Brasil, em particular, começa a experimentar significativas transformações. Com o término da confrontação ideológica Leste-Oeste, chegou ao fim a postura do *benign neglect*, quando a América Latina era, de modo geral, considerada por Washington como região estrategicamente secundária. As negociações em curso com vistas à formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), importante objetivo da política externa norte-americana, aumentam o incentivo ao público dos Estados Unidos a melhor conhecer a América Latina, da qual o Brasil constitui elemento

fundamental.

Tanto o Brasil quanto os Estados Unidos desejam, portanto, relançar em novas bases as relações bilaterais, o que se observa com as visitas oficiais do Presidente Fernando Henrique Cardoso àquele país, em 1995; e a do Presidente Bill Clinton ao Brasil, em 1997; ocasiões em que foram assinados importantes acordos de cooperação, especialmente nas áreas espacial (participação brasileira no grande projeto da International Space Station) e da energia nuclear para fins pacíficos. Por outro lado, ganham cada vez maior relevância nas relações internacionais, novos temas como a reforma do sistema das Nações Unidas, a preservação do meio ambiente em toda a Terra, a repressão ao narcotráfico e ao terrorismo, a proteção dos direitos humanos, e o controle dos fluxos de capitais especulativos, que requerem a adoção de formas renovadas e imaginativas de colaboração.

Desejando o Brasil estabelecer uma cooperação nova, realista e madura com os Estados Unidos, consubstanciando um relacionamento mutuamente benéfico e no qual inexistam os extremos nefastos da satanização ou da idealização recíprocas, faz-se mister a aquisição de um conhecimento aprofundado da realidade norte-americana. As informações disponíveis no Brasil acerca dos variados aspectos da realidade dos Estados Unidos são abundantes e de fácil acesso, mas são prejudicadas pelo fato de se encontrarem dispersas e carentes de sistematização.

Entretanto, são as informações variadas, mas ordenadas sistematicamente, que permitem a realização de comparações e da análise crítica e, em última análise, a formação das visões prospectivas, de relevância crucial no estudo das relações internacionais. Sardenberg, após fazer menção às instituições acadêmicas brasileiras que se dedicam a estudos sobre os Estados Unidos, sublinhou a necessidade de intensificação dessas atividades no País, especialmente no que tange ao conhecimento do processo de formação das políticas públicas norte-americanas e das suas ligações com a cultura estadunidense, de modo a possibilitar maior capacidade nacional de interpretação e previsão.

Em seguida, iniciou-se o painel intitulado “A política externa norte-americana e seu processo decisório, com ênfase na América Latina”, sob a presidência do Professor Clóvis Brigagão, Diretor do Centro de Estudos Norte-Americanos do Conjunto Universitário Cândido Mendes, no Rio de Janeiro. Foram conferencista o Dr. Joseph Tulchin, do Woodrow Wilson Center, em Washington, Estados Unidos; e comentarista, o Professor Marcus Faro, do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB); sendo aberto, depois, o debate à assistência.

Tulchin abriu sua exposição discorrendo sobre a presente situação das relações internacionais, caracterizada pela ausência de um equilíbrio estável de forças entre países e, ao mesmo tempo, pela inexistência de uma grave ameaça generalizada à paz mundial. Nesse contexto do mundo pós-guerra fria, os Estados Unidos são a única superpotência, capaz de atuar em todas as regiões do planeta, bem como de condicionar a ação eficaz de qualquer organização internacional.

No entanto, apesar do seu poderio militar, econômico e técnico-científico, os Estados Unidos parecem sofrer, segundo Tulchin, de uma “personalidade dividida” (split personality) no que tange à política externa. Em outras palavras, o Governo

e o povo norte-americanos têm consciência da sua força e das ligações entre seus interesses econômicos e militares no exterior, mas, ao mesmo tempo, sentem relutância no envolvimento em conflitos externos (globalphobia) e atração pelo isolacionismo, fenômeno, de resto, com longa tradição histórica naquele país.

Tulchin continuou sua palestra afirmando ser indiscutível a presença, nas concepções da política externa dos Estados Unidos, de um senso de geopolítica global e de caráter singular no mundo, os quais conduzem a uma postura ativista nas relações exteriores, de que é prova, por exemplo, o plano estratégico e político, baseado no poder naval, elaborado no fim do Século XIX pelo Almirante Alfred Mahan, o qual foi diretor do Naval War College. Outro exemplo dessa postura básica seria, no que concerne mais diretamente à América Latina, a Doutrina Monroe (entendida unilateralmente) e sua extensão, o Roosevelt Corollary, o qual serviu de justificação para uma série de intervenções militares dos Estados Unidos no Caribe e na América Central, durante os três primeiros decênios do presente século.

Por outro lado, no entanto, o fenômeno acima referido da split personality dos Estados Unidos se manifestaria, segundo Tulchin, pela existência, ao lado da mencionada postura ativista, de uma forte relutância no envolvimento em crises políticas e militares externas e de uma tendência a evitar compromissos com países estrangeiros que restrinjam a liberdade de atuação nacional (aversão a quagmires e quicksands, como, por exemplo, os casos recentes do Haiti, Somália e Bósnia). Essa característica, por ele chamada de reluctant leadership, também afetaria a América Latina, tanto direta, quanto indiretamente (pelo fato de que, por motivos históricos e culturais, a política externa dos Estados Unidos seria mais atraída por questões ligadas ao continente europeu, constituindo um viés “eurocêntrico”).

Dentro da perspectiva geral acima descrita, Tulchin afirmou que os assuntos ligados à América Latina não pareceriam ocupar, na maioria das vezes, lugar importante na política externa dos Estados Unidos, a qual, de resto, dá ênfase maior, no tratamento dos issues, a uma abordagem temática do que geográfica, além de ser fortemente condicionada por interesses domésticos. Isso se refletiria inclusive nas estruturas organizacionais do State Department e do National Security Council e ficaria evidenciado, por exemplo, em recente entrevista do Presidente Clinton ao jornal *The New York Times* (em 7/12/1997), em que, expondo sua agenda de metas para os próximos anos, não há sequer uma única referência à região latino-americana, a qual pareceria, em geral, somente ser lembrada pelos altos círculos decisórios em política externa dos Estados Unidos, em termos de crisis management.

Tulchin concluiu sua palestra ressaltando a assimetria de interesses globais entre o Brasil (potência média emergente) e os Estados Unidos (a única superpotência mundial). Desse modo, uma política externa realista do Brasil com relação aos Estados Unidos teria de ser formulada e implementada a partir dessa constatação e levar também em conta o fato de que atualmente as relações entre países são cada vez mais influenciadas ou conduzidas por agentes privados, ou seja, não-governamentais.

Tomou então a palavra o comentarista do painel, Professor Marcus Faro,

que procurou inicialmente resumir os pontos mais importantes da palestra anterior. Após mencionar os conceitos de global policy, split personality e de assimetria de interesses entre o Brasil e os Estados Unidos, bem como o fato de que o momento atual da História (quando os destinos de todas as regiões estão interligados) corresponde ao ápice do poderio econômico e tecnológico norte-americano, o comentarista ressaltou, em concordância com a avaliação de Tulchin, a crescente relevância dos agentes privados nas relações exteriores das nações, sobretudo nas áreas da economia e da cultura (entendida em sentido amplo).

Na mesma linha de raciocínio, Faro comentou ser possível distinguir, no âmbito da política externa, as chamadas políticas sistêmicas e as setoriais. Na sua visão, a capacidade dos Governos nacionais de executar com eficácia políticas sistêmicas referenciadas territorialmente está hoje em declínio, o que seria inclusive um fator a explicar, pelo menos em parte, o fenômeno da split personality norte-americana. Apontou, a seguir, as crescentes dificuldades sentidas pelos Estados nacionais de implementar tais políticas eficazes nos campos da economia, ciência e tecnologia, cultura, direitos humanos e meio ambiente. Prosseguindo sua argumentação, defendeu então o estímulo, pelo Governo brasileiro, de iniciativas conduzidas primariamente por agentes privados, nos campos econômico e cultural, que permitam a densificação das relações com os Estados Unidos.

Após comentário do Professor Clóvis Brigagão apontando a conveniência de haver maior interação das diplomacias pública e privada, seguiu-se então o debate com a assistência. Sardenberg, comentando a palestra de Tulchin, chamou atenção primeiramente para o fato de que, na história das relações Brasil-Estados Unidos, a cooperação bilateral durante a Segunda Guerra Mundial (de que resultou, entre outros, a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda, fator da maior relevância no processo da industrialização nacional) e a iniciativa brasileira, no fim da década de 1950, da Operação Pan-Americana (que serviu de inspiração à Aliança para o Progresso) parecem muito mais importantes do que a Doutrina Monroe e o Roosevelt Corollary. Ressaltou também que a nação brasileira possui um forte senso de auto-confiança, fato que lhe dá um caráter diferenciado nas relações com os Estados Unidos. Sublinhou ainda que o Mercosul não deveria ser visto com desconfiança (ao contrário da percepção corrente nos Estados Unidos), uma vez que é um arranjo paritário entre os países-membros, sem intenção hegemônica da parte do Brasil. Comentou finalmente que, sem negar a relevância crescente dos agentes privados (Organizações Não-Governamentais - ONG's - empresas multinacionais, etc) nas relações internacionais, não se deveria subestimar o papel do Estado, o qual, na maioria das vezes, dispõe de maior representatividade do que aqueles, pelo fato de contar com mandato popular obtido por via democrática.

Tulchin, após concordar com Sardenberg sobre a necessidade de não se subestimar o papel do Estado nas relações internacionais, discorreu brevemente sobre as relações Brasil - Estados Unidos. Defendeu a conveniência de maior apoio oficial à realização de estudos brasileiros nos Estados Unidos (à semelhança do que fazem vários países europeus e asiáticos), com adoção de legislação tributária que estimule envolvimento mais intenso do setor privado, e lembrando a recente criação de um centro de estudos sobre o Brasil em Oxford, no Reino Unido, a

título exemplificativo. Comentando ainda a anteriormente mencionada assimetria de interesses entre os dois países, Tulchin afirmou considerar muito equivocada a política brasileira de informática, vigente nas décadas de 1970 e 1980 e que constituiu sério contencioso nas relações bilaterais. Por outro lado, elogiou a posição brasileira no tocante às questões globais da preservação do meio ambiente, dizendo ver exemplo da chamada *split personality* norte-americana a posição assumida pelos Estados Unidos na conferência de Kyoto, no Japão, em dezembro de 1997, sobre o controle das emissões mundiais de gases causadores do efeito estufa.

Respondendo a indagação da assistência sobre a possibilidade de harmonização e compatibilização entre as agendas das esferas pública e privada na política externa atual, Tulchin admitiu não haver correspondência perfeita de interesses entre os dois lados, embora reafirmando a crescente relevância dos agentes privados nas relações internacionais. Isso constituiria, segundo ele, um *fact of life* inelutável, o qual leva a um redimensionamento do papel dos Governos na política exterior, especialmente no tocante às funções que assumem as novas agências reguladoras nacionais em diversos campos das atividades industriais e financeiras. Finalmente, respondeu a pergunta da assistência sobre a influência da chamada “doutrina Lake” na atual conduta dos Estados Unidos e nas aspirações dos países em desenvolvimento por autonomia tecnológica. Afirmou que a “doutrina Lake”, pregando uma postura de extremo ativismo nas relações internacionais (com mobilização de forças militares) em defesa dos interesses estadunidenses era irrealista e não tem hoje relevância, pois o Governo dos Estados Unidos tem de lidar com várias limitações nos planos interno e externo. Por outro lado, salientou que o domínio das tecnologias avançadas é hoje em dia cada vez mais compartilhado e interdependente entre países, tornando fúteis certas aspirações nacionais de autonomia tecnológica (como, por exemplo, no caso da informática).

À tarde, teve lugar o painel intitulado “Estudos acerca dos Estados Unidos no Brasil e as capacidades nacionais para o estudo da realidade americana”, sob a presidência da Professora Neusa Matte (da Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Presidenta da Associação Brasileira de Estudos Americanos (ABEA). Usaram da palavra, além da Professora Neusa Matte; os Professores Marcus Carvalho (Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História), Angélica Madeira (Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia) e Alcides Costa Vaz (Universidade de Brasília, Departamento de Relações Internacionais).

A Professora Matte iniciou sua intervenção mencionando os elementos básicos dos estudos americanos, os quais compreendem a definição do campo, os agentes e as finalidades. Referiu-se depois aos fatores que constituem dificuldades ao desenvolvimento desses estudos no Brasil, principalmente a complexidade dos processos culturais nos Estados Unidos e o caráter multifacetado dos *cultural studies*. Em seguida, afirmou que a questão da assimetria de interesses entre o Brasil e os Estados Unidos, mencionada por Tulchin, poderia ser, de certa forma, relativizada, uma vez que existem preocupações comuns às nações brasileira e norte-americana, tais como o multiculturalismo e o papel das minorias nas sociedades dos dois países, levando, em ambos, a uma revisão dos conceitos de identidade nacional. Desse modo, esse fato poderia constituir um elemento a favorecer o desenvolvimento

dos estudos sobre os Estados Unidos no Brasil, embora reconhecesse a existência do problema de um certo ranço ideológico (se bem que em declínio), sobretudo nas Ciências Sociais.

Mencionou ainda a Professora Matte o próximo congresso da ABEA, a se realizar possivelmente em agosto de 1998, reunindo parte significativa do corpo docente universitário no Brasil e procurando manter os estudos sobre os Estados Unidos num espírito de abrangência, objetividade e lucidez. Finalmente, afirmou que o intercâmbio cultural Brasil-Estados Unidos tem sido prejudicado por carência de recursos financeiros e que a ABEA se encontra aberta ao recebimento de apoio privado, sem dispensar, no entanto, o governamental.

Tomou em seguida a palavra o Professor Marcus Carvalho, mencionando, de início, o crescente interesse da academia brasileira por estudos sistemáticos sobre os Estados Unidos. Esse fenômeno, especialmente visível após o fim da guerra fria, estaria sendo reforçado pelo processo de globalização da economia internacional e pela grande atração que exerce o estilo de vida norte-americano em todo o mundo, somado à inexistência de sentimento generalizado anti-Estados Unidos na sociedade brasileira. Sendo os estudos interdisciplinares comparados cada vez mais freqüentes e disseminados no Brasil, isso vem constituindo fator de estímulo ao maior conhecimento sobre os Estados Unidos, permitindo comparações úteis com a realidade brasileira. O gradativo desaparecimento dos preconceitos ideológicos também estaria facilitando o desenvolvimento no Brasil de estudos sistemáticos e comparativos sobre a realidade e a cultura norte-americanas, como, por exemplo, no caso da escravidão e das minorias raciais, e, de modo geral, nas áreas de Literatura e História.

Carvalho terminou sua exposição comentando que, apesar dos elementos favoráveis mencionados acima, estaria ocorrendo o problema de um certo enfraquecimento do USIS no Brasil, manifestado pelo fechamento de escritórios em algumas capitais estaduais do País. Ressaltando a necessidade da criação de novas linhas de fomento aos estudos sistemáticos sobre os Estados Unidos, sobretudo em termos de acesso a bibliografia e documentação, afirmou que o Ministério das Relações Exteriores poderia desempenhar papel de grande valia nessa área.

Tomou então a palavra a Professora Angélica Madeira, especialista na área de semiótica. Apontando o caráter essencialmente prospectivo do pensamento estratégico, o qual também abarca o campo da cultura e dos fluxos de signos e informações, a palestrante afirmou que o maior óbice a dificultar o incremento do conhecimento mútuo entre o Brasil e Estados Unidos parece residir no tom do discurso a ser adotado pelos estudiosos e pesquisadores, o qual deveria ser nem laudatório, nem subserviente; nem arrogante, nem conformista; mas sim, crítico e positivador. O referido discurso ideal deveria ser não-tautológico e não-ingênuo, “capaz de se constituir como uma nova base entre os atores em questão” e de visualizar as numerosas possibilidades de intercâmbio nos variados campos cultural e acadêmico, onde, nos dois países, existem muitas manifestações de excelência e criatividade. Por outro lado, o campo acadêmico denominado cultural studies, constituído por programas multidisciplinares e intersemióticos, abrangendo mais comumente as artes, a literatura comparada e as ciências sociais e políticas, parece-

ria ser o mais indicado para a concretização do mencionado discurso ideal.

Prosseguindo sua exposição, Madeira chamou atenção para o fato de que os cultural studies foram responsáveis por grande parte da elaboração teórica que, nos últimos vinte anos, se adensou nos diversos domínios do saber e serviu de base para importantes movimentos sociais. Esses estudos têm possibilitado um desmonte das ideologias e a adoção de novos enfoques para o trato das relações homem-mulher e interraciais, das subculturas urbanas e da absorção de produtos das media nos países em desenvolvimento. Observando que, após a Segunda Guerra Mundial, a presença da cultura e dos hábitos de consumo norte-americanos se intensificou no mundo inteiro (e no Brasil, em particular), ressaltou a crescente densidade do campo da cultura, tanto do ponto de vista político, quanto econômico. No dizer da Professora Madeira, ... “A cultura passou assim a ser pensada como uma área estratégica, visada tanto pelos novos movimentos sociais e políticos, quanto por promotores e empresários do setor cultural ou de setores afins, como o turismo, interessados nos vários aspectos de nosso patrimônio cultural, ambiental, estético e lúdico”.

Ocorrendo hoje uma intensificação do fluxo de pessoas entre a América Latina e os Estados Unidos, ganha força a noção de multiculturalismo, que permite a diversos setores da sociedade civil, até há pouco tempo marginalizados ou discriminados, exercer maior poder de pressão sobre as políticas públicas. Isso aproxima o conjunto dos países ibero-americanos dos Estados Unidos, pois ambos forjaram sua identidade em meio a uma grande variedade de culturas postas em contato, embora segundo padrões diferentes, especialmente no tocante às relações interraciais. Esse último fenômeno interessa particularmente às relações Brasil-Estados Unidos. Na formação histórica do nosso País, como observou Madeira, houve maior miscigenação racial e hibridização cultural (embora sem caráter necessariamente democrático) do que nos Estados Unidos, levando à construção de uma civilização original e aglutinadora, que pode contribuir significativamente para o aperfeiçoamento das relações entre as Américas Latina e anglo-saxônica. Por isso, devem ser incentivados os estudos comparados, sobretudo nas áreas da Literatura, da História e das Ciências Sociais, que enriquecerão o conhecimento recíproco do Brasil e dos Estados Unidos, mediante um discurso crítico e positivador.

A Professora Madeira concluiu sua intervenção ressaltando que a América Latina, em geral, e o Brasil, em particular, contam com forte dinâmica cultural, elemento hoje muito valorizado nas relações internacionais. Os movimentos sociais baseados na afirmação de valores culturais e os grandes volumes de capitais mobilizados pela indústria da cultura constituem fatores de relevância para justificar a reflexão sobre os padrões que unem e que distinguem as sociedades latino-americanas e norte-americana.

Tomou então a palavra o último palestrante do painel, o Professor Alcides Costa Vaz. Este iniciou sua exposição lembrando aspectos do relacionamento Brasil-Estados Unidos no começo do presente decênio, quando nosso País enfrentava sérias dificuldades econômicas e procurava recuperar sua credibilidade internacional, em meio a difíceis contenciosos comerciais e financeiros. Esse esforço com vistas à recuperação da credibilidade internacional ainda está em

curso e se manifesta especialmente nas negociações sobre a formação da ALCA e nas questões ligadas ao acesso a tecnologias sensíveis de uso dual e à repressão ao narcotráfico. Todas essas complexas negociações e questões requerem um conhecimento aprofundado da realidade norte-americana, o qual ainda inexistia no Brasil. Lembrando, a título exemplificativo, situação ocorrida há poucos anos, quando a Petrobrás tentava adquirir nos Estados Unidos um supercomputador de processamento vetorial, Vaz apontou elementos que dificultavam a concretização da mencionada operação. Entre esses, salientavam-se a insuficiência no Brasil de conhecimentos sobre a legislação estadunidense relativa a controle de exportações de produtos de alta tecnologia e sobre o processo decisório no Congresso norte-americano, especialmente na época da votação do orçamento fiscal para o ano seguinte, quando se intensificam trocas de favores e apoios entre as diversas bancadas. Situações como essa ainda persistem nos dias atuais, o que recomenda a intensificação dos estudos sistemáticos e organizados sobre os Estados Unidos em nosso País.

O Professor Costa Vaz concluiu sua intervenção preconizando maior interação entre a academia e as esferas governamentais brasileiras, com vistas a aumentar o conhecimento sobre a realidade norte-americana. Isso permitiria fortalecer e ampliar os canais de sistematização de informações sobre os Estados Unidos, especialmente no campo dos processos decisórios naquele país, com vistas à implementação de uma política externa brasileira mais vigorosa e eficaz.

Aberto o debate à assistência, fizeram-se inicialmente comentários apoiando as observações do Professor Carvalho quanto ao papel do USIS na promoção e no fomento dos estudos sobre os Estados Unidos no Brasil. Esse papel se reveste de grande importância, uma vez que as fundações privadas brasileiras ainda promovem poucos estudos e pesquisas na área de relações internacionais.

No tocante à necessidade, apontada especialmente pelo Professor Costa Vaz, de maior interação dos círculos governamentais e da academia brasileiros visando à expansão do conhecimento sistemático sobre a realidade dos Estados Unidos, observou-se também que, no Brasil, é pouco usual a formação, por iniciativa oficial, de blue ribbon commissions, integradas por representantes de alto nível do meio acadêmico, para estudar e propor recomendações sobre grandes questões que interessam ao País. A esse respeito, Vaz admitiu caber parte da responsabilidade por essa situação também à academia, a qual, por vezes, não tem capacidade de interlocução apropriada com o Governo, embora reconhecendo ser difícil, não raro, o diálogo entre as duas esferas, pelo fato de haver o risco de que a busca de cooperação possa ser interpretada como uma forma de cooptação ou de legitimação de atitudes já previamente tomadas pelos círculos decisórios governamentais.

Apesar das dificuldades mencionadas acima, houve consenso entre todos os presentes acerca da conveniência de se promover no Brasil diálogo e cooperação mais intensos entre o Governo e as instituições universitárias e de pesquisa, com vistas ao desenvolvimento dos estudos sobre os Estados Unidos e do ensino da língua portuguesa naquele país. Sardenberg ressaltou, a esse respeito, o papel impulsionador e facilitador que tem procurado a SAE/PR desempenhar e sua disposição de prosseguir realizando iniciativas semelhantes ao presente seminário

relativas a outros países, sobretudo os da América do Sul.

Na sessão de encerramento do seminário, fez primeiramente uso da palavra o Professor Antônio Jorge Ramalho (Universidade de Brasília, Departamento de Relações Internacionais) que devotou sua exposição a uma síntese dos principais pontos abordados pelos conferencistas durante o evento.

Após breve menção ao discurso na sessão de abertura, Ramalho salientou, de início, no tocante ao primeiro painel, o conceito de split personality que estaria na base do processo de compreensão da política externa dos Estados Unidos. Partindo desse conceito e levando em conta os fatores representados, na política externa, pela ênfase preferencialmente temática no tratamento das questões, pela influência da agenda política doméstica e pelo chamado “viés eurocêntrico”, chegar-se-ia à conclusão fundamental consubstanciada na assimetria de interesses entre o Brasil e os Estados Unidos, a qual limitaria consideravelmente o raio de ação das políticas governamentais dos dois países. Essa situação seria ainda mais reforçada pelo fato de que, no mundo globalizado atual, as relações internacionais são crescentemente moldadas e conduzidas por agentes privados.

No que tange ao segundo painel do seminário, recordou inicialmente a atuação da ABEA, que vem procurando fomentar os estudos americanos no Brasil dentro de um espírito de objetividade e lucidez. O desenvolvimento desses estudos ainda se ressentiria, no entanto, de uma certa carência de recursos, especialmente os oriundos da esfera governamental. Em seguida, lembrou o crescente interesse da academia brasileira por estudos comparativos interdisciplinares (cultural studies), especialmente nas áreas da Literatura, História e Ciências Sociais, o que tende a favorecer a expansão do conhecimento sobre os Estados Unidos. São esses estudos, atualmente estimulados pela globalização da economia e pela grande atração exercida no mundo inteiro pelos modo de vida e padrões de consumo norte-americanos, que devem permitir a adoção de um discurso crítico e positivador com vistas à compreensão da complexa realidade dos Estados Unidos.

Recordou ainda a existência, paralelamente à forte dinâmica cultural observada tanto na América Latina, quanto nos Estados Unidos, de um insuficiência de conhecimentos sistemáticos sobre a realidade norte-americana. Esse fenômeno recomendaria então que, no Brasil, os círculos governamentais e as instituições universitárias passassem a desenvolver maior interação e cooperação, com vistas ao incremento do conhecimento organizado e sistemático da realidade e da vida dos Estados Unidos, em seus múltiplos aspectos, focalizando temas de interesse comum aos dois países.

Finalmente, o Professor Ramalho informou sobre a atuação de vários departamentos da Universidade de Brasília na promoção de estudos sobre os Estados Unidos. Teceu comentários também sobre o conceito de soft power, recentemente enunciado por Joseph Nye, a explicar o enorme poder de influência exercido pelos Estados Unidos no mundo contemporâneo, o qual deveria constituir uma coordenada fundamental a nortear a política externa brasileira, inclusive em termos de atuação e participação nos organismos internacionais.

Ao fim do evento, o Embaixador Sardenberg agradeceu novamente a participação de todos os presentes. Lembrando o papel da SAE/PR, encarregada de

assessorar a Presidência da República no trato das grandes questões multidisciplinares nacionais, com enfoque prospectivo, assinalou ser uma das vertentes desse trabalho o estabelecimento de um diálogo aberto, democrático e pluralista entre o Governo e a sociedade civil (de que o seminário constituía uma demonstração), bem como a disposição de prosseguir nessa tarefa.

RESUMO

Este é um relato resumido do seminário “Conhecendo o processo decisório Norte-Americano e sua influência no Brasil”, realizado no Centro de Estudos Estratégicos, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, em 15 de dezembro de 1997. O seminário foi aberto pelo Embaixador Ronaldo Sardenberg que resaltou a necessidade de um mais profundo conhecimento entre o Brasil e os Estados Unidos. Seguiu-se uma discussão intensiva, com a participação de intelectuais e acadêmicos brasileiros e americanos sobre diversos aspectos dessa área de estudos. Foram registradas algumas conclusões: a) não há simetria entre os interesses dos Estados Unidos (a única super-potência mundial) e do Brasil (uma potência média emergente); b) aspectos importantes das relações internacionais entre o Brasil e os Estados Unidos são não-governamentais, isto é, são conduzidas por agentes privados; and, c) é conveniente a mais estreita interação entre as diplomacias pública e privadas dos Estados Unidos e do Brasil.

ABSTRACT

This paper shows that the seminar “Knowing the North-American decision-making-process and its influence on Brazil” was held at the Centre for Strategic Studies, of the Secretariat for Strategic Affairs, on December 15, 1997. The seminar was opened by the Ambassador Ronaldo Sardenberg, Secretary of Strategic Affairs, who pointed out the necessity of deeper mutual knowledge between Brazil and the United States. A rich discussion followed with the participation of American and Brazilian scholars. Some conclusions: a) there is no simmetry between American (the only world superpower) and Brazilian (emerging middle power) interests; b) American and Brazilian international relations are mostly non-governmental and, have been conducted by private actors; and, c) it is convenient a closer interaction between public and private American and Brazilian diplomacies.

O AUTOR

Arthur Vivacqua Corrêa Meyer. Diplomata de carreira, atualmente lotado na Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR). Formado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, realizou estudos de mestrado (Universidade de Chicago) e doutorado (Universidade Católica Andres Bello, Caracas, Venezuela) em Economia.